

Institucionalização da avaliação em CT&I: o lançamento do Plano Anual de Monitoramento e Avaliação 2013, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Institutionalization of Evaluation in CT & I: the launch of the Annual Plan of Monitoring and Evaluation 2013 by the Ministry of Science, Technology and Innovation

Institucionalización de la evaluación en CT&I: el lanzamiento del Plan Anual de Monitoreo y evaluación 2013 del Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación

Institutionnalisation de l'évaluation en CT & I: le lancement du Plan Annuel de Surveillance et Evaluation 2013, du ministère de la Science, Technologie et Innovation

*André Tortato Rauen**
*Tatiana de P. A. Maranhão***

Resumo: Examinam-se os sentidos definidos na Resumo: O presente trabalho visa informar e descrever a institucionalização da avaliação no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). No Executivo federal, poucos são os esforços de consolidação e articulação das estratégias de monitoramento e avaliação (M&A) nessa temática específica. Com o objetivo de preencher tal lacuna, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) lançou a Política de Monitoramento e Avaliação. A metodologia utilizada consistiu na análise de decretos, portarias, documentos oficiais e artigos científicos para caracterizar a nova agenda de monitoramento e avaliação do MCTI (ex post). Os resultados têm sido discutidos internamente no Ministério, na Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação, e disponibilizados no endereço eletrônico do MCTI. Finalmente, identificaram-se alguns desafios, com destaque para a elaboração de objetivos de avaliação focados em mensurar eficiência, eficácia e efetividade dos programas e ações em CT&I e para a definição das metodologias adequadas aos objetivos das avaliações propostas, mediante a construção de Termos de Referência com o detalhamento dos produtos esperados.

Palavras-Chave: Avaliação, metodologias, monitoramento.

Abstract: This paper aims to inform and describe the institutionalization of evaluation in the Ministry of Science, Technology and Innovation (MCTI). It was found that there were limited efforts of consolidation and articulation of strategies for monitoring and Evaluation (M & A) about this theme. To fill this gap, the Ministry of Science, Technology and Innovation (MCTI), launched the Policy for Monitoring and Evaluation. The methodology used in the analysis consisted of decrees, ordinances, official documents and science articles to characterize the new agenda of monitoring and Evaluation of MCTI (ex post). The results have been discussed internally in the Ministry, more specifically in the Brazilian Network for Monitoring and Evaluation. They are now available at the electronic address of the MCTI. Among the challenges, there is the development of Evaluation objectives focused on measuring efficiency, efficacy and effectiveness of programs and actions in CT & I and the definition of appropriate methodologies to the objectives of the proposed evaluations, through the construction of Terms of Reference with the detailed information of the expected products.

Keywords: Evaluation, monitoring, methodologies.

* Graduado em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre e doutor em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com Pós-doutorado em Economia da Tecnologia na Columbia University (EUA). Atualmente é tecnologista no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. E-mail: andre.rauen@mct.gov.br

** Cientista política e Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (2010), desenvolve pesquisas sobre Ciência, Tecnologia e Educação. Desde novembro de 2010, é analista em Ciência e Tecnologia. Atualmente, trabalha na Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas – ASCAV, da Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI. E-mail: tmaranhao@mct.gov.br

Introdução A crescente necessidade de prestar contas ao cidadão e planejar estrategicamente, com foco na eficiência, eficácia e efetividade, tem exigido do Estado moderno esforços no sentido de monitorar e avaliar, de forma sistemática, suas políticas públicas. Num cenário de crescentes investimentos públicos em ciência, tecnologia e inovação (CT&I), tais necessidades mostram-se ainda mais relevantes, uma vez que estas atividades são tidas como essenciais ao processo de desenvolvimento socioeconômico de cidades, estados e países (Freeman e Soete, 2008).

Em que pese o consenso sobre a relevância do monitoramento e da avaliação de políticas de CT&I (Zackiewicz, 2005; Furtado et al, 2008), as iniciativas atualmente existentes ainda são esparsas; dizem respeito apenas a um pequeno número percentual das políticas de CT&I atualmente existentes e carecem de articulação entre si¹. De fato, no Executivo federal, poucos são os esforços de consolidação e articulação das estratégias de monitoramento e avaliação (M&A) nessa temática específica².

No âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), criou-se, por meio do Decreto n.º 5.886, de 06 de setembro de 2006, e da Portaria n.º 758, de 03 de outubro de 2006 (artigos 60 a 63), a Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas (ASCAV), cujas funções regimentais incluem:

- “Supervisionar e coordenar o acompanhamento e a avaliação dos resultados do Plano Plurianual do MCT;
- Atuar como agente facilitador do cumprimento da portaria que regulamenta a gestão do PPA do MCT;

- Supervisionar e coordenar a elaboração dos indicadores de avaliação dos programas do Ministério inseridos no PPA” (MCTI, 2009 p.3).

A criação da ASCAV possibilitou a organização e a análise das informações das Secretarias finalísticas do MCTI, principalmente em relação aos programas definidos nos Planos Plurianuais (PPA) e à construção de indicadores relacionados ao Sistema Nacional de CT&I. Entretanto, existem diferentes tipos de avaliação necessários ao aprimoramento de programas e ações que não se restringem à periodicidade e à execução físico-financeira do PPA.

Ainda que esforços de M&A tenham sido empreendidos no âmbito do MCTI e em suas agências (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP), não havia uma sistematização das iniciativas em M&A que garantissem um alto nível de qualidade dos estudos contratados, que disseminassem o conhecimento produzido em forma de recomendações claras aos gestores e que influenciassem, a partir dessas recomendações, a reorientação dos programas e ações do Ministério de forma integrada.

Com o objetivo de preencher tal lacuna, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), mediante Portaria n.º 397/2012, lançou a Política de Monitoramento e Avaliação, cujo objetivo principal consiste em “analisar, monitorar e avaliar as políticas, programas e ações executadas ou financiadas pelo Ministério, buscando o seu constante aperfeiçoamento e o alcance de seus objetivos (Art.1.º)” (MCTI, 2012a).

O lançamento de tal plano tem por objetivo, de forma integrada e articulada

em nível ministerial, realizar a accountability das ações do Ministério e reorientar a gestão dos instrumentos e políticas de CT&I executadas pelo órgão com base nos estudos realizados (Serpa, 2011, p. 72). Nesse sentido, a finalidade última de tal esforço está associada à necessidade de melhor compreender o andamento, os resultados e os impactos das políticas públicas.

Essa Portaria também instituiu a Comissão Permanente de M&A (CPMA)³, composta por representantes da Secretaria Executiva, das Secretarias finalísticas, do Gabinete do Ministro, da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e da Agência Espacial Brasileira (AEB) (MCTI, 2012a), e definiu a ASCAV como Secretaria Executiva. A CPMA é responsável pelo desenho das propostas e discussão das agendas anuais de atividades, intitulada Plano Anual de Monitoramento e Avaliação (PAMA).

Segundo a Política de Monitoramento e Avaliação, o PAMA deverá indicar as políticas a serem avaliadas, definindo produtos, responsáveis, prazos e recursos. A Política também deverá identificar avaliações realizadas anteriormente, externas ou internas, e propor metodologias de monitoramento e avaliação continuada, disseminando seus resultados.

Avaliação, monitoramento, atividades de suporte e capacitação

Formulado pela Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA),

o PAMA 2013 definiu sete avaliações, doze atividades de monitoramento e onze atividades de suporte a serem iniciadas no ano de 2013. Nesse sentido, as diferentes Secretarias finalísticas, agências e organizações que compõem o MCTI forneceram suas demandas à CPMA, que escolheu as prioritárias e as inseriu no PAMA 2013.

O conceito de avaliação empregado tanto pela CPMA quanto pelo Ministério é assim definido:

Qualquer estudo, pesquisa ou relatório referente às políticas, programas e ações que contribuam para subsidiar o processo decisório e/ou que gerem recomendações e sugestões de aperfeiçoamento das políticas, dos programas, e das ações (MCTI, 2012a).

Para o MCTI a avaliação é, portanto, considerada elemento estratégico na definição das ações inerentes à formulação política. Destaca-se a relevância das recomendações e sugestões na formulação dos instrumentos de fomento.

A Tabela 1 apresenta as avaliações propostas para o ano de 2013. Nela é possível observar o esforço do Ministério para ter uma carteira abrangente de avaliação. Ou seja, optou-se por não focar em áreas específicas, e sim dar um caráter mais amostral à política de avaliação, resultado de um processo coletivo de construção dessa agenda no âmbito da Comissão.

Tabela 1 – Avaliações descritas no PAMA 2013

Nº	Ação	Objetivo da avaliação		Contexto
1	Fomento às infraestruturas de pesquisa científica e tecnológica integrantes do Sistema MCTI.	Mapear a situação da infraestrutura de pesquisa, o nível de utilização e o perfil da demanda por essas infraestruturas.		Em que pese a priorização da consolidação, ampliação e readequação da infraestrutura de C&T pelo governo federal, o MCTI não dispõe de um banco de dados atualizado que permita monitorar e avaliar sua política de fomento à infraestrutura.
2	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.	Levantamento de projetos apoiados pelos Fundos Setoriais, bem como posicionamento dos projetos frente a indicadores de input e output selecionados.		Os fundos setoriais constituem-se em inovações na gestão pública do fomento à ciência e à tecnologia. Seu expressivo volume de recursos permite apoiar uma variada gama de projetos. Tal volume de recursos e projetos apoiados exige, então, um conjunto de dados fidedignos que possa sistematicamente fornecer informações aos gestores da política.
3	Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR	Avaliar a estrutura, organização e produtividade da pesquisa acadêmica associada ao PROANTAR.		Executado desde 1982, o PROANTAR é um importante veículo de interação internacional da ciência brasileira. Ao longo de sua existência, inúmeros projetos de pesquisa foram desenvolvidos, inclusive com apoio internacional. Depois de três décadas de apoio à pesquisa científica na Antártica, cabe, neste momento, avaliar a qualidade da produção científica desenvolvida pelo Programa.
4	Cooperação científica e tecnológica internacional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq	Desenvolvimento de modelo de monitoramento e avaliação capaz de ser sistematizado.		Historicamente, o CNPq tem se articulado internacionalmente. Tal articulação envolve inúmeros parceiros e por vezes complexa rede de interação, constituídos a partir de acordos de cooperação bilateral e multilateral. Tanto em razão do volume de interações quanto da complexidade destas, faz-se necessário organizar a gestão de forma a monitorar o andamento dos projetos para posteriores avaliações.

Nº	Ação	Objetivo da avaliação	Contexto
5	Programa Nacional Aeroespacial Brasileiro – PNAE	Avaliar os impactos do Programa no desenvolvimento tecnológico da indústria nacional.	As atividades espaciais no Brasil iniciaram-se ainda na década de 1960, sendo que, em 1993 o país lança seu primeiro satélite. Atualmente, existem inúmeras atividades sendo executadas no sentido de internalizar tecnologias críticas e transferir conhecimento à indústria nacional. De fato, o programa possui fins pacíficos com alto potencial de aplicação em atividades civis. Nesse contexto, cabe avaliar em que medida as ações públicas impactaram tanto a sociedade, considerada de maneira geral, quanto a indústria nacional.
6	Lei do Bem (incentivos fiscais à inovação)	Compreender até que ponto os incentivos fiscais contribuem para ampliar o investimento privado em P&D.	Em vigor desde 2006, a lei já concedeu incentivos da ordem de R\$ 7,2 bilhões, beneficiando cerca de 15 mil empresas. Após 7 anos de execução, há que se avaliar a lei no sentido de compreender seus impactos diretos.
7	Fortalecimento da infraestrutura de pesquisa em petróleo, gás e biocombustíveis	Mapear a infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica do setor, de forma a identificar o nível de utilização das estruturas e o perfil da demanda por elas.	As últimas décadas do século XX e a primeira do século XXI têm sido marcadas pelo crescente investimento em P&D no setor de petróleo e gás. Notadamente, tais investimentos foram inicialmente capitaneados pela Petrobras. Contudo, existe uma ampla e variada indústria parapetroleira que gera emprego e renda em diferentes regiões do país. As potencialidades socioeconômicas surgidas com as novas descobertas de campos de exploração reforçam a relevância do setor, não só para a economia do país, como para seu desenvolvimento tecnológico. O significativo crescimento do setor e seu alto potencial exigem, pois, um mapeamento completo tanto da oferta quanto do serviço em pesquisa, no setor, existente no país.

Atualmente, todas as avaliações propostas foram pauta de, no mínimo, duas reuniões entre a equipe da ASCAV e as equipes técnicas responsáveis pela gestão dos programas ou pela solicitação de avaliação.

De acordo com a identificação das necessidades dessas avaliações, há diferentes abordagens e ações a serem desenvolvidas: no caso da Lei do Bem, por exemplo, foram identificadas e comparadas várias avaliações realizadas anteriormente, que trazem elementos importantes a serem considerados na realização de nova avaliação. Outro exemplo de trabalho em curso diz respeito à avaliação do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, que tem por objetivo compreender os impactos do programa na produção científica brasileira. Trata-se, diferentemente dos outros estudos, de uma análise cientométrica. Estes dois exemplos, em espectros metodológicos opostos, demonstram a grande variabilidade das avaliações programadas pelo PAMA 2013.

Cabe destacar que cada avaliação possui um grau de complexidade e de adesão das equipes diferenciado (Barbier, 1999). É fundamental compreender que as dificuldades inerentes ao processo avaliativo acontecem em todos os países, em maior ou menor grau, de acordo com o acúmulo de avaliações institucionalizadas ao longo do tempo e o decorrente aprendizado de avaliadores e avaliados (European Commission, 2010).

Conforme exista o uso das recomendações feitas pelas avaliações existentes, bem como a internalização da necessidade de aprimoramento das políticas públicas, tem-se um avanço real na gestão pública e nas práticas avaliativas (desenvolvimento de novas metodologias). Por isso, a realização de avaliações de impacto ou de resultado das ações de grande porte, a exemplo dos

Fundos Setoriais, terá início em 2013, mas provavelmente se estenderá por dois anos.

Para subsidiar as ações de avaliação, o PAMA 2013 também prevê atividades de monitoramento. Em relação às atividades de monitoramento, estas foram definidas como:

São consideradas atividades de monitoramento aquelas que se destinam ao acompanhamento da implementação e execução de políticas, programas e ações, visando à obtenção de dados e informações para subsidiar o gerenciamento e a tomada de decisões, bem como a identificação de eventuais problemas (MCTI, 2012a).

Nesse conceito de monitoramento, destaca-se a relevância da obtenção sistemática de dados para que as ações possam ser reorientadas, enquanto ainda em execução. Ou seja, o conceito considera a necessidade de constante sintonia fina na ação pública.

As atividades de monitoramento executadas no âmbito do Ministério dizem respeito a: (i) indicadores de políticas, programas e ações de CT&I; (ii) execução física e financeira de programas ou políticas de CT&I e; (iii) coleta ou recebimento sistemático de demais dados referentes às políticas, programas e ações (MCTI, 2012b).

A Tabela 2 apresenta as ações de monitoramento previstas pelo PAMA 2013. Estas ações são um tanto heterogêneas, tanto do ponto de vista dos objetivos como do escopo, refletindo assim a escolha por um grupo abrangente e não restrito de ações.

Tabela 2 – Ações de monitoramento descritas no PAMA 2013

N.	Ação e periodicidade	Descrição
1	Monitoramento anual da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI (Anual).	A execução da ENCTI precisa ser monitorada considerando os seguintes itens:
2	Elaboração de Relatório Anual Estatístico de Resultado da Lei de Informação (Anual).	(i) redução da defasagem científica e tecnológica que separa o Brasil das nações mais desenvolvidas; (ii) expansão e consolidação da liderança brasileira na economia do conhecimento da Natureza; (iii) ampliação das bases para a sustentabilidade ambiental e desenvolvimento de uma economia de baixo carbono; (iv) consolidação do novo padrão de inserção internacional do Brasil e; (v) superação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais.
		A Lei de Informática é um instrumento estratégico na política de incentivo à inovação no Brasil. Empresas que investem em P&D em TICs podem solicitar isenção ou redução do IPI para bens selecionados. As empresas beneficiárias devem apresentar relatório demonstrativo do cumprimento das obrigações. O relatório anual dos resultados deve compilar estes relatórios individuais de forma a apresentar os resultados globais da lei durante o ano analisado.
3	Elaboração de Relatório Anual da Lei do Bem (Anual).	Tal como na Lei de Informática, as empresas beneficiárias da Lei do Bem precisam apresentar informações sobre a utilização dos benefícios. De posse destas informações, o MCTI deve, por lei, confeccionar relatório global e anual com detalhamento dos resultados.
4	Elaboração de Relatórios sobre programas prioritários do Governo Federal (Mensal).	Cabe ao MCTI subsidiar e sistematizar o acompanhamento das ações e programas prioritários dos quais participa, tais como; Ciência Sem Fronteiras, Programa TI Maior, Inova Empresa, EMBRAPPII, etc.
5	Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015 (Anual).	Por meio do levantamento sistemático de indicadores e informações selecionadas, cabe ao MCTI “apresentar os resultados anuais do Plano Plurianual 2012-2015 de acordo com as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão” (MCTI, 2012a).
6	Relatório de Acompanhamento da execução física do Plano Plurianual – PPA (Anual).	O MCTI deve apresentar a execução físico-financeira de suas ações de acordo com os objetivos e programas temáticos do PPA do Governo Federal.
7	Monitoramento do Plano de Trabalho Institucional da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN (Anual).	Comparar as metas definidas no Plano de Trabalho Institucional da CNEN com os resultados observados no período.

8	Monitoramento Anual das Unidades de Pesquisa do MCTI – Termos de Compromisso de Gestão (semestral e anualmente).	As diversas Unidades de Pesquisa – UP do MCTI possuem acordos pactuados mutuamente com o Ministério. Tais acordos possuem metas, e tais metas são periodicamente avaliadas pelo MCTI.
9	Acompanhamento dos Planos Diretores das Unidades de Pesquisa (semestral e anualmente).	Cada UP do MCTI possui um plano diretor que é estabelecido para um período de 5 anos. Cabe ao ministério acompanhar o cumprimento destes planos.
10	Monitoramento Anual das Organizações Sociais supervisionadas pelo MCTI – Contratos de Gestão (semestral e anualmente).	O MCTI possui contrato de gestão com algumas Organizações Sociais. Tais contratos de gestão estabelecem metas, traduzidas em indicadores. Nesse sentido, cabe ao Ministério monitorar o cumprimento dessas metas.
11	Relatório dos Investimentos Governamentais em CT&I nas microempresas e empresas de pequeno porte (anual)	Dentre as ações executadas pelo MCTI, encontra-se a promoção das micro e pequenas empresas. Nesse sentido, por força de lei, cabe ao Ministério produzir periodicamente informações sobre os investimentos em CT&I destinados a estas empresas.
12	Relatório Anual sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas (anual)	De acordo com a Lei de Inovação, as ICTs devem informar ao Ministério sua política de propriedade intelectual, bem como a produção de tecnologia e sua transferência.

Fonte: MCTI, 2012b.

Verifica-se que a maioria das atividades identificadas como monitoramento possui periodicidade anual. Há que se destacar também que, dentre as doze propostas, somente aquela relacionada ao Plano Plurianual possui sistemas de informação institucionalizados com exigência de preenchimento trimestral, coordenadas pela ASCAV. Ou seja, na prática, os relatórios anuais e semestrais, enquanto resultado de monitoramento, precisam estar integrados entre si, possivelmente em sistemas de informação do Ministério, e às ações de avaliação, para que subsidiem as análises.

Para sustentar a política de monitoramento e avaliação do Ministério, o PAMA 2013 definiu dez atividades de suporte. Estas atividades visam sistematizar a coleta de dados, consolidar indicadores e informações, bem como tornar públicos os resultados de monitoramento e avaliação. Ou seja, trata-se de atividades fundamentais à consolidação da política no âmbito da instituição; servem para dar robustez, coerência e sobrevivência de longo prazo a esta iniciativa. Destaca-se, nesse sentido, que a maioria destas atividades possui periodicidade contínua.

Tabela 3 – Atividades de suporte à política de monitoramento e avaliação descritas no PAMA 2013

N.	Ação	Descrição
1	Revisão metodológica dos Indicadores Nacionais de CT&I.	Realizar o contínuo aperfeiçoamento dos Indicadores de CT&I disponibilizados no sítio do Ministério, bem como criar a Conta Satélite de Pesquisa e Desenvolvimento a ser inserida no Sistema de Contas Nacionais do IBGE.
2	Consolidação da Rede de Indicadores Estaduais de C&T.	Auxiliar os estados da federação na produção de indicadores estaduais de C&T, de forma a permitir a harmonização e compatibilização dos dados entre estados.
3	Elaboração de estatísticas orçamentárias.	Empregando o SIAFI, elaborar séries históricas com as estatísticas de execução orçamentário-financeira do Ministério.
4	Consolidação da base de dados de projetos apoiados pelo FNDCT.	Com base nas informações prestadas pelo CNPq e pela Finep, garantir atualização contínua da base de dados sobre os projetos financiados com recursos dos fundos setoriais sob responsabilidade do Ministério.
5	Produção de Indicadores de Monitoramento sobre as políticas, programas e ações do MCTI.	Com foco nos beneficiários das políticas, produzir e publicar indicadores de monitoramento das ações do Ministério.
6	Criação do Portal dos Centros Vocacionais.	Criação do Portal dos CVTs, com informações de áreas de atuação, cursos oferecidos etc.
7	Mapeamento de políticas de Inclusão Digital do Governo Federal.	Consolidação e comparação das diferentes estratégias de inclusão digital executadas pelos diversos ministérios.
8	Suporte ao monitoramento e avaliação das atividades de fomento ao CNPq.	Atualização e aperfeiçoamento das ferramentas de suporte ao monitoramento, especialmente aquelas associadas à Plataforma Lattes e Carlos Chagas.
9	Implantação do projeto de modernização de processos e sistemas de informação da Finep – Modernize.	Com horizonte temporal de longo prazo, o projeto objetiva integrar e consolidar as estruturas de informação gerenciais existentes na instituição, de forma a alcançar um nível maior de maturidade organizacional.
10	Revisão da metodologia de avaliação do Programa de Subvenção Econômica.	Visando modernizar e adequar as novas demandas gerenciais, a ação tem por objetivo rever a metodologia de monitoramento e avaliação do Programa.
11	Plataforma Aquarius.	Criação de uma ferramenta de governança pública, que, mediante integração de dados e sistemas, disponibilizará e consolidará um painel integrado para uso gerencial e para divulgação e transparência.

Fonte: MCTI, 2012b.

Destaca-se que algumas das atividades de suporte estão diretamente relacionadas às avaliações propostas. É o caso da "Consolidação da base de dados de projetos apoiados pelo FNDCT" e do "Suporte ao monitoramento e avaliação das atividades de fomento ao CNPq", ligados às propostas 2 e 3 da Tabela 1.

Outras atividades de suporte encontram-se sistematizadas no âmbito da ASCAV: a Coordenação Geral de Indicadores realiza as ações 1 e 2 (TAB. 3), e a Coordenação Geral de Programas trabalha na integração com a Plataforma Aquarius e com os indicadores do Plano Plurianual (ações 11 e 5, respectivamente).

Há ações de suporte que ainda serão construídas, ou seja, se encontram em fase de elaboração nas Secretarias finalísticas do MCTI.

Para a realização das atividades de M&A e suporte descritas no PAMA 2013, também estão previstas atividades de capacitação. Uma vez que a execução dessa agenda será realizada não só com o auxílio de consultores externos, mas também com técnicos do próprio Ministério.

Nesse sentido, três grandes blocos de capacitação estão previstos: (i) curso básico de avaliação, (ii) curso de avaliação em CT&I, e (iii) curso básico de contas nacionais (Kangaré). Até abril de 2013, foram executadas ações no âmbito dos dois últimos blocos: um curso de avaliação em CT&I, ministrado em 20 de abril, em Fortaleza, por ocasião do encontro regional da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação, e um curso Kangaré, realizado no MCTI para os servidores.

As capacitações são voltadas tanto ao corpo técnico do Ministério quanto aos membros da Comissão Permanente de M&A. Na medida em que se avance nos trabalhos e sejam identificadas novas necessidades de formação, não estão descartados outros cursos de capacitação.

Considerações finais

Neste momento, a execução do PAMA 2013 encontra-se em curso. Devido ao seu ineditismo na temática de CT&I, alguns desafios têm sido enfrentados pelas equipes envolvidas, dentre os quais se destacam:

- a definição das metodologias adequadas aos objetivos das avaliações propostas, mediante a construção de Termos de Referência com o detalhamento dos produtos esperados ao final dessas avaliações;
- a elaboração de objetivos de avaliação focados em mensurar eficiência, eficácia e efetividade dos programas e ações em CT&I;
- a identificação de consultores habilitados a atender o rigoroso padrão de qualidade exigido; e
- a determinação das formas de contratação viáveis, diante do escopo de cada avaliação e do perfil de consultores adequados aos serviços técnicos demandados.

Tais desafios têm sido pouco a pouco superados. O processo coletivo de construção e de detalhamento das avaliações do PAMA 2013 tem apresentado momentos de aprofundamento teórico (revisão bibliográfica) e, sobretudo, de grande aprendizado institucional.

Por sua vez, tal aprendizado tem se revertido na internalização de conhecimentos em M&A no Ministério. Espera-se que esse esforço piloto sirva não somente para iniciar a política integrada de M&A no MCTI, mas também para conscientizar os gestores e a sociedade sobre a relevância de tais atividades.

Finalmente, a expectativa institucional consiste em absorver as lições de erros passados e de boas práticas identificadas pelos diferentes estudos, reorientar o planejamento e as ações futuras, bem como garantir a legitimidade da avaliação e das políticas públicas avaliadas.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, B.; PIANTO, D.; De NEGRI, F.; CAVALCANTE, L.; ALVES, P. "Impactos dos fundos setoriais nas empresas", in *Revista Brasileira de Inovação*, 11, n. esp., jul. 2012, 85-112.
- BARBIER, J. Inter-governmental Evaluation: balancing stakeholders' expectations with enlightenment objectives?, in *Evaluation*, vol.5 (4), 1999, p.373-386. De CAMPOS, A. "Ciência, Tecnologia e Economia". In: PELAEZ, V.; SZMRECSÁNYI, T. *Economia da Inovação Tecnológica*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- EUROPEAN COMMISSION. INNO APPRAISAL: *understanding evaluation of innovation policy in Europe*. Final Report. 2010. Disponível em: http://www.proinno-europe.eu/sites/default/files/INNO-Appraisal_Final_Report_100423_1348_web.pdf.
- FREEMAN, C.; SOETE L. *A economia da inovação industrial*. Campinas: Editora Unicamp (Col. Clássicos da Inovação), 2008.
- FURTADO, A.; BIN, A.; MACHADO, M.; PAULINO, S.; MIGLINO, M.; CASTRO, P. *Avaliação de resultados em impactos da pesquisa e desenvolvimento: avanços e desafios metodológicos a partir de estudo de caso*, *Gestão e Produção* (UFSCar), v. 15, 2008: 381-392.
- KANNEBLEY, S.; PORTO, G. *Incentivos Fiscais à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Brasil: uma avaliação das políticas recentes*. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2012.
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. *Portaria nº 137*, de 19 de fevereiro de 2013.
- _____. *Portaria nº 397, de 5 de junho de 2012a*, disponível em <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/342838.html>
- _____. *Plano Anual de Monitoramento e Avaliação 2013. Brasília, 2012b*, disponível em: http://sigmct.mct.gov.br/upd_blob/0000/537.pdf
- _____. *ASCAV – Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas*. Brasília: MCTI, 2009.
- SALLES Filho, S.; STEFANUTO, G.; MATTOS, C.; ZEITOUN, CAMPOS, F. *Avaliação de impactos da Lei de Informática: uma análise da política industrial e de incentivo à inovação no setor de TICs brasileiro*, *Revista Brasileira de Inovação*, 11, n. esp., jul. 2012, 191-218.
- SERPA, S. *Levantamento do Tribunal de Contas da União sobre os sistemas de monitoramento e avaliação da administração direta do poder executivo*, *Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação*, n. 2, jul.-dez., 2011:46-75.
- VAITSMAN, J., RODRIGUES, R.W.S. e PAES-SOUSA, R. *O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome do Brasil*, *Policy Papers*, nº 17, UNESCO, 2006.
- ZACKIEWICZ, M. *Trajatórias e desafios da avaliação em ciência, tecnologia e inovação*. Tese de doutorado. Departamento de Política Científica e Tecnológica. Campinas: Unicamp, 2005.

Resumen: El presente trabajo objetiva informar y describir la institucionalización de la evaluación del Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación (MCTI). El ejecutivo federal hace pocos esfuerzos de consolidación y monitoreo conjunto y estrategias de evaluación (M & A) sobre ese tema específico. Para llenar este vacío, el Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación (MCTI) puso en marcha la política de monitoreo y evaluación. La metodología consistió en el análisis de los decretos, reglamentos, documentos oficiales y artículos científicos para caracterizar la nueva agenda de monitoreo y evaluación del MCTI (ex post). Los resultados han sido discutidos internamente en el Ministerio, la Red Brasileña de Monitoreo y Evaluación y a su disposición en la dirección electrónica del MCTI. Por último, se identificaron algunos desafíos, con énfasis en la elaboración de los objetivos de la evaluación que se centró en la medición de la eficiencia, eficacia y efectividad de los programas y acciones en CT & I y para la definición de metodologías apropiadas a los objetivos de las evaluaciones propuestas, mediante la construcción de los Términos de Referencia con el detalle de los productos esperados.

Palavras-Chave: evaluación, metodologías, monitoreo.

Résumé: Cet article vise à informer et décrire l'institutionnalisation de l'évaluation au Ministère de la Science, Technologie et Innovation – MCTI. Compte tenu des efforts limités de consolidation et d'articulation des stratégies de surveillance et d'évaluation (M & A) dans ce domaine, le ministère de la Science, Technologie et Innovation (MCTI), pour combler cette lacune, a lancé la Politique de Surveillance et Évaluation. La méthodologie utilisée a consisté dans l'analyse de décrets, ordonnances, documents officiels et articles scientifiques pour caractériser le nouveau programme de surveillance et évaluation du MCTI (ex post). Les résultats sont discutés internement au sein du ministère dans le Réseau Brésilien de Surveillance et Évaluation et sont mis à disposition du public à l'adresse électronique du MCTI. Parmi les défis identifiés, on remarque la conception des objectifs de l'évaluation axés sur la mesure de l'efficacité, de l'efficacé et de l'effectivité des programmes et des actions en CT & I et la définition des méthodologies appropriées aux objectifs des évaluations proposées, à partir de l'élaboration de Termes de Référence comportant les détails des produits attendus.

Mots-clés: évaluation, surveillance, méthodologies.

Notas

- 1 - O número absoluto de estudos contendo avaliações de políticas/programas ou projetos de CT&I gira em torno de quatro dezenas. Uma mesma política pode ser avaliada em diversos estudos, como é o caso, por exemplo, da lei do bem, da lei de informática e dos fundos setoriais. Dentre as avaliações mais recentes, destacam-se SALLES Filho et al. (2012), ARAUJO et al. (2012) e KANNEBLEY e PORTO (2012).
- 2 - A definição de uma Secretaria específica com foco em monitoramento e avaliação, intitulada Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), foi inaugurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (VAITSMAN et al., 2006, p.15). Ademais, ver FURTADO et al. (2008).
- 3 - O regimento interno da CPMA foi aprovado pela Portaria nº 137, de 19 de fevereiro de 2013.